



**UNIÃO DE ENSINO DE SANTA CRUZ – UNIESC  
FACULDADE SANTA CRUZ DA BAHIA – FSC  
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO – NUPEX**

**RELATÓRIO DAS AÇÕES DA FACULDADE DE SANTA CRUZ DA BAHIA NO ANO  
DE 2025**

**Itaberaba, Bahia**

**2025**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>3</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	3
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	3
<b>3 COERÊNCIA ENTRE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS .....</b>	<b>3</b>
<b>4 ANÁLISE DOS EIXOS TEMÁTICOS À LUZ DE REFERENCIAIS TEÓRICOS ..</b>	<b>4</b>
4.1 SAÚDE MENTAL E CUIDADO DO CUIDADOR .....	4
4.2 SAÚDE DA MULHER E AUTONOMIA NO CUIDADO .....	4
4.3 INCLUSÃO E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	5
4.4 PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA E SOLIDARIEDADE .....	7
4.5 EDUCAÇÃO POPULAR, DIREITOS HUMANOS E PERSPECTIVA DESCOLONIAL .....	8
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>9</b>
<b>6 RESULTADOS .....</b>	<b>9</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>12</b>
REFERÊNCIAS .....	14

## 1. APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Santa Cruz da Bahia - FSC, atenta às finalidades da educação superior previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/1996 (art. 43) assumiu, junto à comunidade de Itaberaba e região, o compromisso de formar, com excelência, profissionais éticos, com valores humanísticos, com uma visão global do mundo moderno e conhecimento da realidade social, política, econômica e cultural, e que tenham responsabilidade com o desenvolvimento local e regional. Para tanto, os profissionais, futuros egressos de seus cursos contarão com uma formação que proporcione uma aprendizagem com contínua inovação e desenvolvimento da autoconfiança no exercício das atividades inerentes a sua profissão.

As ações desenvolvidas pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia no ano de 2025 encontram sólido respaldo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028), documento que orienta o planejamento acadêmico, administrativo e social da instituição. O PDI define como eixos estruturantes o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação e a responsabilidade social, compreendidos de forma indissociável e orientados às necessidades regionais do território do Piemonte do Paraguaçu e regiões adjacentes.

A missão institucional da FSC estabelece o compromisso com a formação de profissionais éticos, críticos e socialmente comprometidos, capazes de atuar de forma transformadora no contexto regional e nacional, valorizando os determinantes sociais da saúde, a justiça social, a cidadania e a democracia. Nesse sentido, a extensão universitária é concebida como prática pedagógica essencial, articuladora do conhecimento acadêmico com a realidade social.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras define Extensão Universitária sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Assim, a Faculdade de Santa Cruz da Bahia, busca desenvolver ações de extensão voltadas a formação ética, humanista, crítica e reflexiva. Tendo como foco o atendimento das demandas sociais, o incentivo e fortalecimento às manifestações culturais locais e o desenvolvimento de uma mentalidade global, contribuindo, assim, para o crescimento do homem, em sintonia com os desafios do mundo globalizado, no exercício das práticas

pedagógicas, através da avaliação e autoavaliação institucional e exercitando as habilidades e competências de seus educandos (FSC, 2024).

No âmbito normativo, as ações analisadas dialogam diretamente com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, ao enfatizar a interação dialógica com a comunidade, a interdisciplinaridade, o impacto social e a formação cidadã dos discentes.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Apresentar de forma sistematizada, analítica e consolidada as ações desenvolvidas pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia no ano de 2025.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Descrever e analisar as ações extensionistas realizadas;

Evidenciar a distribuição mensal e temática das atividades;

Analisar os impactos pedagógicos, sociais e institucionais;

Consolidar informações para fins de avaliação, planejamento e prestação de contas.

## **3 COERÊNCIA ENTRE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) configura-se como um documento estratégico de longo prazo, que define a identidade, as metas e os caminhos de uma Instituição de Ensino Superior (IES). No contexto brasileiro, o PDI não é apenas uma exigência regulatória, mas um instrumento de planejamento que deve refletir o compromisso social da IES, especialmente no que tange ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na Faculdade de Santa Cruz da Bahia (FSC), este princípio é elevado à categoria de pilar estruturante do seu projeto educativo, conforme explicitado em seu PDI para o quadriênio 2024-2028. Esta análise busca dissertar criticamente sobre a coerência dialética entre o planejamento formalizado no PDI e a materialização das práticas extensionistas, examinando os mecanismos de operacionalização, os eixos temáticos priorizados e os desafios inerentes a este processo.

## **4 ANÁLISE DOS EIXOS TEMÁTICOS À LUZ DE REFERENCIAIS TEÓRICOS**

### **4.1 SAÚDE MENTAL E CUIDADO DO CUIDADOR**

As ações voltadas à saúde mental e ao cuidado de quem cuida revelam uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, alinhada ao modelo biopsicossocial defendido pela Organização Mundial da Saúde. Estudos de Merhy e Ayres reforçam que o cuidado em saúde deve considerar subjetividades, vínculos e contextos de vida, perspectiva claramente incorporada nas atividades realizadas (Franco; Hubner, 2019; Santos, et. al., 2018).

A valorização do autocuidado, da escuta qualificada e das práticas integrativas dialoga com a Política Nacional de Humanização do SUS, reforçando a articulação entre formação acadêmica e políticas públicas, assim como ações pautadas nos atos éticos, estéticos e políticos de cuidado que honram a singularidade (Ayres, 2004).

### **4.2 SAÚDE DA MULHER E AUTONOMIA NO CUIDADO**

As campanhas voltadas à saúde da mulher desenvolvidas ao longo de 2025 refletem de forma consistente os princípios da Promoção da Saúde, conforme estabelecidos na Carta de Ottawa, ao priorizarem o empoderamento feminino, o acesso qualificado à informação e a participação ativa das mulheres nos processos de cuidado e tomada de decisão em saúde (OMS, 1986). Essa abordagem reconhece as mulheres não como receptoras passivas de serviços, mas como sujeitas de direitos, capazes de intervir criticamente sobre sua própria saúde e sobre os contextos sociais que a determinam.

Ao promover ações educativas contínuas, integradas ao território e articuladas às redes de atenção, as iniciativas analisadas superam a lógica fragmentada e episódica do cuidado, frequentemente limitada a campanhas pontuais ou datas comemorativas. Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de cuidado longitudinal, central na Atenção Primária à Saúde, conforme defendido por Barbara Starfield, para quem a longitudinalidade pressupõe vínculo, acompanhamento contínuo e responsabilização compartilhada entre serviços de saúde e usuários (Starfield, 2002).

Nesse sentido, as ações extensionistas voltadas à saúde da mulher aproximam-se do modelo de atenção centrado na pessoa, ao considerar as especificidades do ciclo de vida feminino, as condições sociais, culturais e econômicas que atravessam o processo saúde-doença e as desigualdades historicamente impostas às mulheres no acesso aos serviços de saúde. Conforme Starfield (2002), sistemas de saúde organizados a partir da Atenção Primária, com foco na continuidade do cuidado, apresentam melhores resultados sanitários, maior equidade e maior satisfação dos usuários, elementos reforçados pelas práticas desenvolvidas.

Além disso, ao estimular o protagonismo feminino, o autocuidado informado e a corresponsabilização pelo cuidado em saúde, as campanhas analisadas contribuem para a consolidação de práticas alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde, especialmente a integralidade e a equidade. Assim, a abordagem adotada reafirma o compromisso institucional com uma atenção à saúde da mulher que ultrapassa o enfoque biomédico, incorporando dimensões educativas, sociais e políticas fundamentais para a promoção da autonomia e da cidadania em saúde.

#### 4.3 INCLUSÃO E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A temática da Inclusão e do Transtorno do Espectro Autista (TEA) ocupa lugar estratégico nas ações extensionistas desenvolvidas em 2025, evidenciando a convergência entre prática acadêmica, compromisso social e diretrizes institucionais expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Santa Cruz da Bahia (PDI 2024–2028). O PDI estabelece como princípios norteadores o respeito à diversidade humana, a promoção da equidade e a construção de práticas educacionais e sociais inclusivas, orientadas pelas demandas reais do território.

Do ponto de vista conceitual, o Transtorno do Espectro Autista é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação social,

na interação e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, com manifestações heterogêneas e singulares. Essa compreensão exige o rompimento com abordagens reducionistas e biomédicas, demandando práticas interdisciplinares, intersetoriais e centradas na pessoa, conforme defendem os referenciais da saúde coletiva e da educação inclusiva.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do mês de abril, em alusão ao Abril Azul, revelam alinhamento direto com esse entendimento ampliado de inclusão. As ações envolveram unidades de saúde, escolas, centros especializados, ambientes virtuais e espaços comunitários, promovendo palestras educativas, rodas de conversa, atividades lúdicas, produção de vídeos e diálogos com famílias, educadores e profissionais da saúde. Essa diversidade metodológica expressa a compreensão da inclusão como processo dialógico, conforme a pedagogia de Paulo Freire, que defende a educação como prática de escuta, troca de saberes e construção coletiva do conhecimento.

Sob a perspectiva da saúde, as ações extensionistas dialogam com o princípio da integralidade do cuidado, eixo estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS). Autores como Ayres (2004) destacam que o cuidado integral exige reconhecer as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais que atravessam a experiência do adoecimento e do desenvolvimento humano. Ao envolver mães atípicas, cuidadores, profissionais da atenção básica e educadores, as ações da FSC contribuíram para fortalecer redes de apoio, ampliar o reconhecimento dos sinais precoces do TEA e qualificar os encaminhamentos dentro das redes de atenção.

Do ponto de vista pedagógico, as ações relacionadas ao TEA configuraram-se como espaços privilegiados de aprendizagem significativa. A vivência dos estudantes em contextos reais de inclusão favoreceu o desenvolvimento de competências técnicas, comunicacionais e éticas, fundamentais para a formação em saúde e educação.

Além disso, a abordagem do TEA a partir de uma perspectiva intersetorial e comunitária aproxima-se das discussões contemporâneas sobre determinantes sociais da saúde e justiça social. Ao reconhecer que o acesso ao diagnóstico, ao cuidado e à inclusão ainda é marcado por desigualdades territoriais, socioeconômicas e culturais, as ações extensionistas reforçam o compromisso institucional com a equidade, princípio central do PDI e das políticas públicas brasileiras.

Dessa forma, as ações voltadas à Inclusão e ao Transtorno do Espectro Autista, desenvolvidas pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia em 2025, evidenciam uma prática

extensionista madura, crítica e socialmente comprometida. Elas reafirmam a extensão universitária como espaço de transformação social, formação cidadã e materialização concreta dos princípios institucionais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sensível à diversidade humana.

#### 4.4 PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA E SOLIDARIEDADE

Campanhas como Junho Vermelho, Agosto Dourado e “Doe Sangue, Doe Vida” expressam, de forma concreta, a compreensão ampliada de saúde como direito coletivo e dever do Estado, conforme estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que define a saúde como resultado de políticas sociais e econômicas orientadas à redução de riscos e à garantia do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Ao se alinharem a esse marco constitucional, tais iniciativas ultrapassam a lógica assistencialista e reafirmam a saúde como bem público, indissociável da cidadania e da justiça social.

A expressiva mobilização social observada nessas campanhas reforça o princípio da participação comunitária, eixo estruturante da Saúde Coletiva brasileira. A efetivação do direito à saúde depende da capacidade de envolver a sociedade na construção, no controle e na defesa das políticas públicas, reconhecendo os sujeitos como protagonistas e não meros receptores de serviços. Nesse sentido, a mobilização para a doação de sangue, a promoção do aleitamento materno e a sensibilização para causas solidárias configuram-se como práticas pedagógicas e políticas, capazes de fortalecer o vínculo entre população, serviços de saúde e instituições formadoras.

A participação social e a construção coletiva do cuidado são fundamentais para a consolidação de um sistema de saúde democrático, orientado pelo princípio da corresponsabilização. As campanhas analisadas dialogam com essa perspectiva ao estimular o engajamento ativo da comunidade, promover o compartilhamento de responsabilidades e ampliar a consciência sanitária, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a defesa do Sistema Único de Saúde.

Dessa forma, as ações extensionistas vinculadas a essas campanhas não apenas ampliam o acesso à informação e incentivam práticas solidárias, mas também operam como dispositivos de educação em saúde e de fortalecimento da democracia sanitária. Ao articular mobilização

social, formação acadêmica e políticas públicas, tais iniciativas reafirmam o papel da instituição de ensino superior como agente estratégico na promoção da saúde coletiva e na efetivação do direito à saúde no território.

#### 4.5 EDUCAÇÃO POPULAR, DIREITOS HUMANOS E PERSPECTIVA DESCOLONIAL

As ações de educação popular em saúde, promoção da equidade racial e valorização dos direitos humanos desenvolvidas ao longo de 2025 expressam uma concepção ampliada de cuidado e formação, ancorada na pedagogia crítica e em abordagens descoloniais contemporâneas. Essas iniciativas dialogam diretamente com a pedagogia freireana, ao compreenderem a educação como prática libertadora, dialógica e comprometida com a transformação das realidades sociais, superando modelos verticalizados e assistencialistas de intervenção (Freire, 2011; Freire, 2013).

Nessa perspectiva, a educação deixa de ser um processo de transmissão unilateral de conhecimentos e passa a constituir-se como construção coletiva, fundada no diálogo e na problematização da realidade concreta dos sujeitos. Conforme argumenta Freire (2011), o reconhecimento dos saberes populares e das experiências históricas dos grupos sociais é condição essencial para uma prática educativa emancipatória. As ações extensionistas analisadas materializam esse princípio ao promoverem espaços de escuta, diálogo e troca de saberes junto a populações historicamente invisibilizadas, fortalecendo o protagonismo comunitário e a autonomia dos sujeitos.

As abordagens descoloniais presentes nessas ações encontram respaldo teórico em Boaventura de Sousa Santos, ao defender a necessidade de uma ecologia de saberes, capaz de reconhecer e legitimar conhecimentos produzidos fora do cânone científico hegemônico (Santos, 2007; Santos; Meneses, 2010). Ao valorizar práticas culturais, saberes comunitários e experiências locais, as ações desenvolvidas pela instituição contribuem para a democratização do conhecimento e para a construção de respostas mais contextualizadas às demandas sociais do território, rompendo com lógicas coloniais de produção do saber.

No campo das relações étnico-raciais, as atividades voltadas à equidade racial e ao enfrentamento do racismo estrutural dialogam com as contribuições de Nilma Lino Gomes, que

compreende o racismo como fenômeno estrutural e determinante das desigualdades sociais, educacionais e em saúde (Gomes, 2005; Gomes, 2017). Ao reconhecer que os processos de adoecimento, o acesso aos serviços e as oportunidades de cuidado são atravessados por marcadores raciais, essas ações ampliam a compreensão do cuidado em saúde para além da dimensão biomédica, incorporando justiça social, direitos humanos e equidade.

Sob a ótica da saúde coletiva, tais iniciativas reafirmam o compromisso institucional com os determinantes sociais da saúde, reconhecendo que desigualdades raciais, sociais e territoriais produzem impactos diretos sobre o processo saúde-doença. Ao articular educação popular, direitos humanos e perspectiva descolonial, a extensão universitária consolida-se como espaço estratégico de formação crítica, produção de cidadania e enfrentamento das iniquidades estruturais, em consonância com as diretrizes institucionais e com os marcos normativos da educação superior.

## **5 METODOLOGIA**

Trata-se de um relatório descritivo-analítico, de base documental, elaborado a partir da leitura integral do Relatório Institucional de Atividades de Extensão 2025 e da síntese consolidada dos achados. As ações foram organizadas cronologicamente, analisadas por eixos temáticos e interpretadas à luz da intencionalidade pedagógica, do alinhamento com políticas públicas e do impacto social produzido.

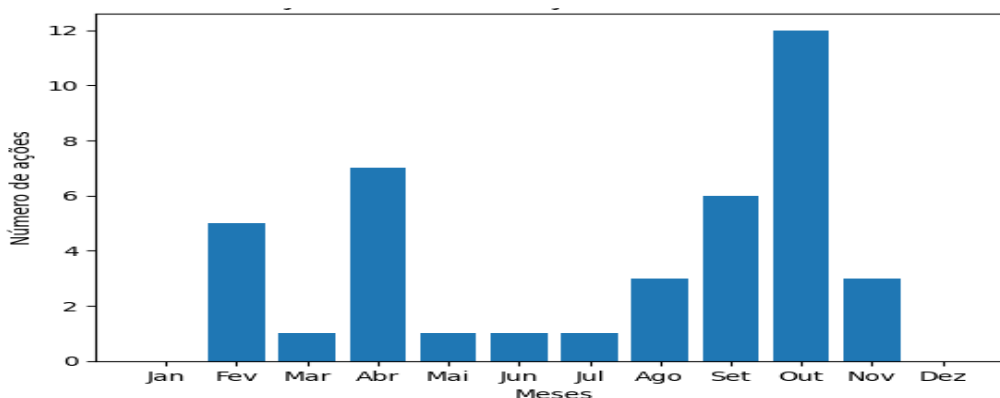
## **6 RESULTADOS**

No ano de 2025, a Faculdade de Santa Cruz da Bahia desenvolveu um conjunto expressivo de ações extensionistas, evidenciando a consolidação da extensão universitária como prática institucional estruturada, territorializada e alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028).

Ao longo do período analisado, foram registradas 40 ações extensionistas, distribuídas de forma desigual ao longo dos meses, com maior concentração em períodos associados a campanhas nacionais de saúde e mobilização social. Essa distribuição reflete tanto a organização estratégica do calendário acadêmico quanto a articulação das ações com agendas públicas prioritárias, especialmente no campo da saúde coletiva.

Observa-se que os meses de abril, setembro e outubro concentraram o maior número de ações, com destaque para outubro, que apresentou o pico anual de atividades. Esse comportamento está diretamente relacionado à realização de campanhas amplamente reconhecidas, como outubro Rosa, além de ações integradas à Semana Científica e a campanhas solidárias de grande alcance comunitário. Em contrapartida, os meses de janeiro, julho e dezembro apresentaram menor ou nenhuma atividade registrada, indicando períodos de menor operacionalização extensionista, associados a recesso acadêmico ou reorganização institucional.

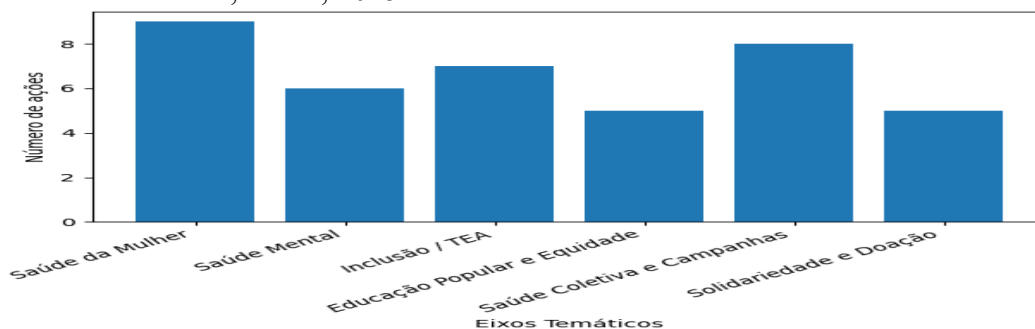
Figura 1- Distribuição das ações de extensão realizadas por mês pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia. Itaberaba, Bahia, 2025.



Fonte: NUPEX, 2025.

Do ponto de vista temático, as ações abrangeram múltiplos eixos, com predominância das áreas de promoção da saúde, prevenção de agravos, saúde da mulher, saúde mental, inclusão e Transtorno do Espectro Autista, educação popular em saúde, equidade racial e solidariedade social. Essa diversidade temática demonstra a capacidade institucional de responder a diferentes demandas sociais, bem como o alinhamento das ações às políticas públicas e aos determinantes sociais da saúde.

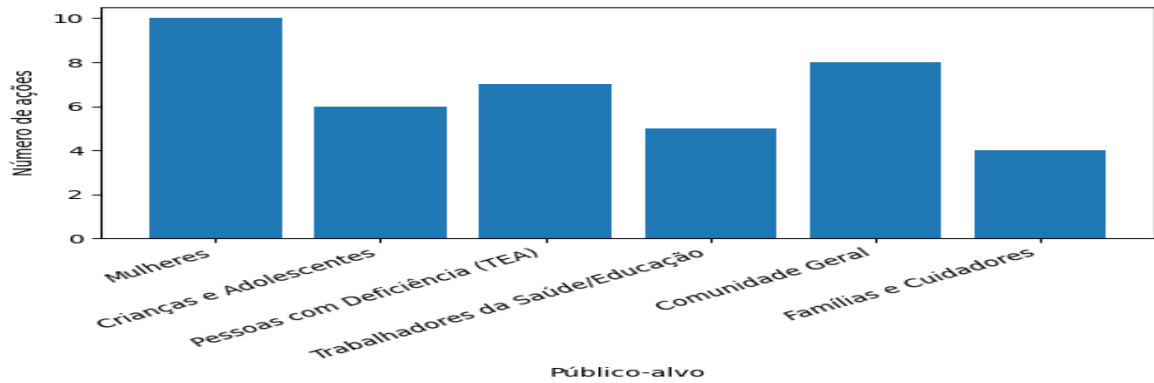
Figura 2- Distribuição das ações de extensão por eixos temáticos pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia. Itaberaba, Bahia, 2025.



Fonte: NUPEX, 2025.

Quanto ao público-alvo, as atividades contemplaram mulheres, crianças, pessoas com deficiência, trabalhadores da saúde e da educação, estudantes e comunidade em geral, com atenção especial a grupos em situação de vulnerabilidade social.

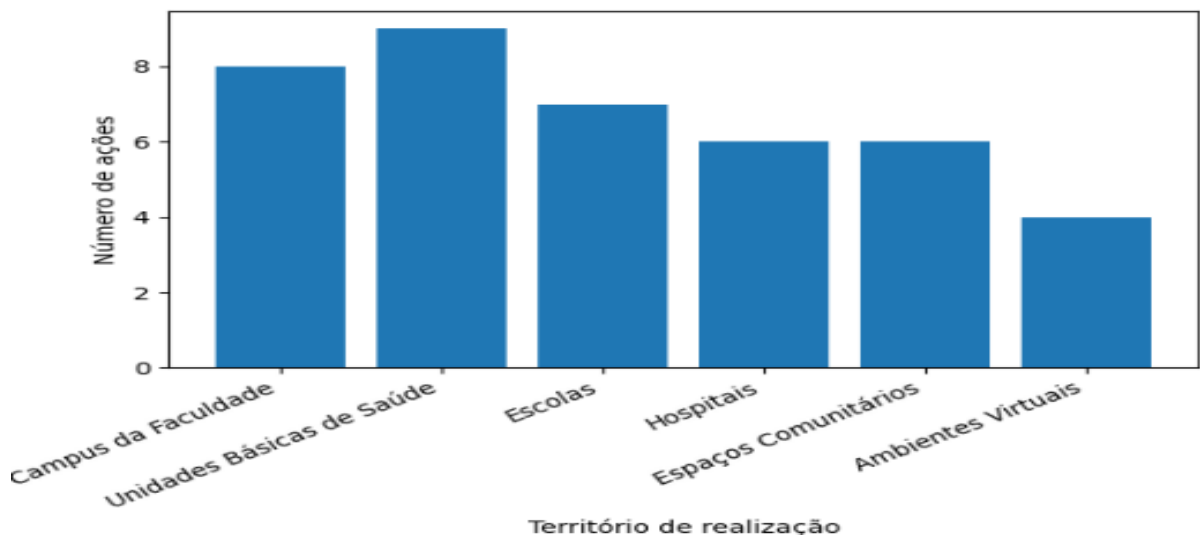
Figura 3- Distribuição das ações de extensão por público-alvo pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia. Itaberaba, Bahia, 2025.



Fonte: NUPEX, 2025.

As ações foram desenvolvidas em múltiplos cenários, incluindo o campus acadêmico, Unidades Básicas de Saúde, hospitais, escolas, espaços comunitários, instituições públicas e ambientes virtuais, evidenciando a capilaridade territorial da extensão universitária.

Figura 4- Distribuição das ações de extensão por território de realização pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia. Itaberaba, Bahia, 2025.

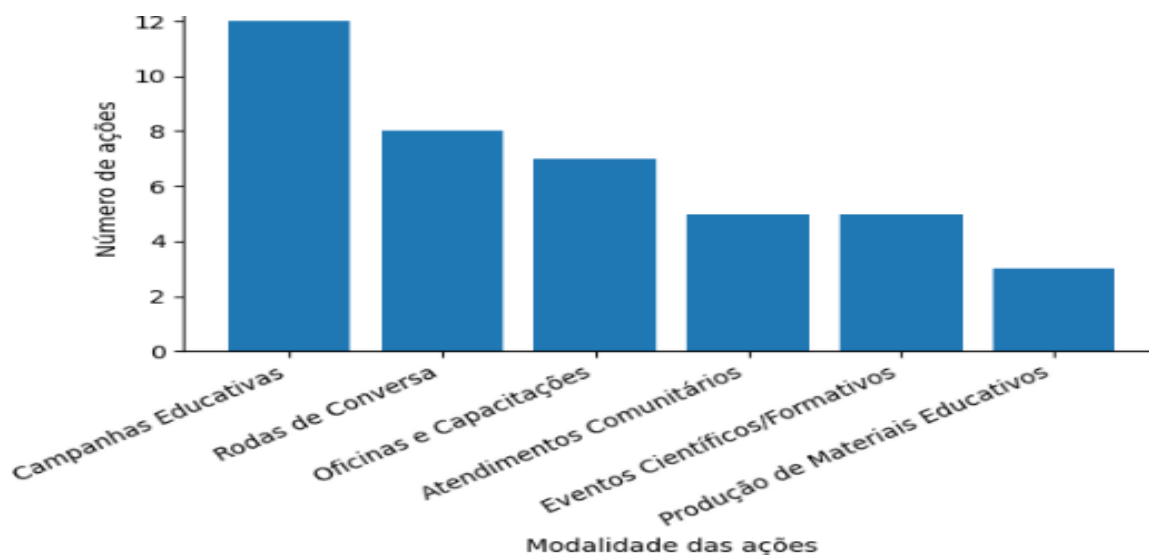


Fonte: NUPEX, 2025.

Em relação à modalidade das ações, predominam campanhas educativas, rodas de conversa, oficinas temáticas, atividades de educação em saúde, eventos formativos e ações de mobilização social. Essa diversidade metodológica favoreceu a interação dialógica com a

comunidade, o protagonismo discente e a construção coletiva do conhecimento, em consonância com as diretrizes nacionais da extensão universitária.

Figura 4- Distribuição das ações de extensão por modalidade das ações pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia. Itaberaba, Bahia, 2025.



Fonte: NUPEX, 2025.

Destaca-se ainda a participação ativa dos estudantes, que atuaram de forma integrada às equipes docentes e aos parceiros institucionais, reforçando o caráter formativo das ações e sua contribuição para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas, comunicacionais e sociais. A extensão, nesse contexto, configurou-se como espaço privilegiado de aprendizagem significativa e de articulação entre teoria e prática.

De modo geral, os resultados descritivos do ano de 2025 evidenciam uma atuação extensionista consistente, diversificada e socialmente relevante, com impacto direto no território e contribuição efetiva para a formação acadêmica e para o fortalecimento da identidade institucional da Faculdade de Santa Cruz da Bahia.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório permitiu sistematizar, descrever e analisar de forma aprofundada as ações extensionistas desenvolvidas pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia ao longo do ano de 2025, evidenciando a consolidação da extensão universitária como política institucional

estruturante, coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) e alinhada às diretrizes nacionais da educação superior.

Os resultados descritivos e analíticos demonstram que as ações realizadas apresentaram diversidade temática, metodológica e territorial, com forte inserção nos serviços públicos, nos espaços comunitários e nas agendas prioritárias da saúde coletiva. A concentração das atividades em eixos como saúde da mulher, saúde mental, inclusão e Transtorno do Espectro Autista, educação popular, equidade racial e campanhas solidárias evidencia sensibilidade institucional às demandas sociais do território e aos determinantes sociais da saúde.

A análise dos gráficos construídos ao longo do relatório reforça a coerência entre planejamento e execução. A distribuição mensal das ações revela articulação estratégica com campanhas nacionais de saúde, ao mesmo tempo em que aponta oportunidades de aprimoramento do planejamento anual, com vistas à ampliação da longitudinalidade e à redução de períodos de baixa atividade extensionista. A leitura temática, por público-alvo, território e modalidade evidencia uma extensão universitária capilarizada, participativa e orientada por metodologias ativas, dialógicas e formativas.

Do ponto de vista pedagógico, as ações extensionistas analisadas reafirmam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo de forma efetiva para a formação integral dos estudantes. A participação discente em cenários reais de prática favoreceu o desenvolvimento de competências técnicas, éticas, comunicacionais e sociais, fortalecendo a aprendizagem significativa e a construção da identidade profissional comprometida com o Sistema Único de Saúde e com a cidadania.

Por fim, os achados deste relatório indicam que a Faculdade de Santa Cruz da Bahia vem construindo, de forma progressiva e consistente, uma política de extensão universitária comprometida com a transformação social, o desenvolvimento regional e a formação de profissionais críticos e socialmente responsáveis. Recomenda-se, para os próximos ciclos, o fortalecimento de estratégias de monitoramento de impacto, a ampliação da integração curricular da extensão e o uso sistemático dos indicadores aqui apresentados como subsídio para o planejamento institucional e a autoavaliação contínua.

## REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. Cuidado: trabalho, interação e saber nas práticas de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 139-152, 2004.
- FRANCO, T. B.; HUBNER, L. C. M.. Clínica, cuidado e subjetividade: afinal, de que cuidado estamos falando?. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe6, p. 93–103, 2019.
- SANTOS, D. DE S.; MISHIMA, S. M.; MERHY, E. E. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 861–870, mar. 2018.
- Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.
- Faculdade de Santa Cruz da Bahia (FSC). **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI (2024 – 2028)**. Itaberaba, 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 20 de dezembro de 2023.
- STARFIELD, BARBARA. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia** / Bárbara Starfield. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3–46, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde**. Ottawa, 1986.